

COMENTÁRIO*

Sergio Costa Ribeiro

LNCC

Mario Augusto Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do IBGE, Diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura e Diretor Responsável da **Revista Brasileira de Estatística**, advogado de formação e fundador do próprio IBGE, começa a desenvolver suas análises dos dados educacionais logo a partir dos primeiros resultados do Censo Escolar por acordo firmado entre o IBGE e o Ministério da Educação e Cultura em 1931.

Seu primeiro trabalho “O que dizem os números sobre o ensino primário”, publicado em folheto em 1937, já aponta uma série de problemas e mitos do sistema educacional brasileiro que a ausência de dados ajudava a mascarar na realidade educacional do País. O primeiro trabalho de fôlego foi escrito em 1940, “Dispersão Demográfica e Escolaridade” (Freitas, 1940).

Foi, em 1940, na primeira sessão pública da recém-criada Sociedade Brasileira de Estatística que apresenta seu mais contundente trabalho até então, “A Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro” (Freitas, 1940), onde, pela primeira vez no Brasil, e provavelmente na América Latina, analisa os dados escolares na forma de fluxo de alunos num sistema seriado de ensino e não, o que era comum na época (e o é até hoje), analisar os dados de forma estática e daí tirar conclusões que posteriormente verifica-se violarem os mais elementares princípios da conservação das unidades deste fluxo, no caso, os habitantes do País. Para isto, discute, em primeiro lugar, a natureza deste fluxo, mostrando que, independentemente da distribuição de idades dos alunos novos na 1ª Série do ensino primário, este número em condições de estabilidade do sistema (ou quase estabilidade) não pode exceder uma coorte de idade representativa, no caso a coorte de 7 anos.

*Ao artigo: Freitas, M.A.T. – A Escolaridade Média no Ensino Primário Brasileiro, republicado nº 194 da RBEs.

Utilizando a série histórica que começa em 1932 e vai até 1939, acompanha a coorte de 7 anos em que em 33 já tinha 8 anos de idade; em 34, 9 anos e assim por diante. Verifica então os dois fenômenos mais importantes do sistema educacional brasileiro: as altas taxas de repetência e a evasão escolar dos alunos.

Impressionado com seus achados, seu trabalho torna-se extremamente crítico da qualidade da escola que os brasileiros freqüentavam, a ponto de mostrar que, se uma alfabetização rudimentar requereria a matrícula dos alunos na Segunda Série do curso primário, que na época era, em sua grande maioria, de apenas 3 séries (uma assertiva extremamente otimista), a situação apontava para uma regressão da população brasileira ao analfabetismo.

Este trabalho já alertava as autoridades educacionais do País para que, antes de tentar aumentar o número de escolas, seria preciso primeiro melhorar a qualidade das escolas existentes e que campanhas de erradicação do analfabetismo de nada adiantariam com a péssima qualidade das escolas, que não conseguiam manter o aluno na escola além da 1ª Série. Mostrou mais tarde que as crianças permaneciam, em média, na escola por mais de 3 anos e, no entanto, o percentual que terminava a Terceira Série era extremamente pequeno devido à evasão.

Este trabalho mereceu por parte da comunidade educacional do País a mais completa estupefação, não só pela contundência das afirmações como pela incompreensão do fato, que pela primeira vez se estava falando em fluxo de alunos e não em dados estáticos anuais. Giorgio Mortara pede a um dos técnicos que trabalhava com Freitas nos cálculos deste artigo que detalhasse os procedimentos utilizados, o que é feito por Ariosto Pacheco de Assis (Assis, 1941). Este trabalho pouco ajudou, por seu caráter altamente técnico, a esclarecer o assunto.

Esta incompreensão tomou forma concreta no artigo de Lourenço Filho (Lourenço Filho, 1941), então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (hoje Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e uma das maiores autoridades em educação do País, num artigo publicado na **Revista Brasileira de Estatística**, homônimo ao artigo de Teixeira de Freitas, onde fica claro que Lourenço Filho não entendeu o conceito de fluxo num sistema de ensino seriado e faz afirmações extremamente otimistas sobre o nosso sistema de ensino.

A partir daí Teixeira de Freitas (Freitas, 1941) publica no mesmo número da RBEs o artigo “Ainda a Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro”, onde rebate uma a uma as colocações de Lourenço Filho e faz, ainda, uma série de cálculos adicionais sobre a ineficiência de nossa escola e no desperdício do dinheiro público que esta ineficiência representava. Ao final mostra, por absurdo, que, em se tomando índices extremamente otimistas, só teríamos universalizado a escola de 3 anos no Brasil “lá pelos idos de 1979”. Como veremos mais adiante, a ironia educada mais contundente que permeia este trabalho previa um resultado que até hoje, em 1991, ainda não foi atingido.

A polêmica pára aí. Na resenha publicada neste mesmo número da RBEs há referência a uma declaração de Lourenço Filho se considerando satisfeito com os esclarecimentos de Teixeira de Freitas. É importante mencionar que a partir de 1937 fica decidido, por decreto presidencial, que cabe ao INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – a análise das estatísticas educacionais produzidas pelo Censo Escolar do MEC.

Só em 1947 a RBEs publica o último trabalho estatístico de Teixeira de Freitas (Freitas, 1947) sobre a estatística educacional, onde pela primeira vez é criticada a metodologia de coleta de dados do Censo Escolar, indicando erros sistemáticos que subestimam a repetência e superestimam a evasão escolar. Esta constatação só foi possível graças ao fato de ter Teixeira de Freitas cotejado em todos os seus trabalhos os resultados do Censo Escolar com os resultados dos Censos Demográficos do IBGE. Verifica que o número de alunos “novos” na 1ª Série não era compatível com as possibilidades demográficas do País. Propõe, então, um método para corrigir este erro – “Retificação Necessária ao Método Empregado” –, onde obtém resultados assustadores sobre a repetência escolar. É neste trabalho, republicado em fac-símile nesta edição, que vamos encontrar as bases para uma visão correta das estatísticas educacionais baseadas em dados do Censo Escolar. Os erros que aquela metodologia produz na visão da realidade educacional dos países ditos subdesenvolvidos ultrapassam as fronteiras do Brasil e são, via de regra, reproduzidos em quase todos os países do Terceiro Mundo.

Apesar das promessas de Freitas, nesse artigo, de escrever um livro a respeito de suas pesquisas, algo ocorre entre 1947 e 1950, onde vamos encontrar um último artigo na RBEs no qual agradece à Sociedade Brasileira de Estatística o amável convite para esta última palestra e em tom sentido e magoado, mas agradecido aos colegas, se despede do assunto.

É neste período também que o Serviço de Estatística da Educação e Cultura deixa de ser auxiliado pelo IBGE e passa à responsabilidade de fato exclusiva do MEC. É impressionante verificar que até hoje não existe um convênio entre o MEC e o IBGE para permuta de seus dados. O MEC ignora os trabalhos de Teixeira de Freitas e continua até hoje a divulgar seus erros com a autoridade que lhe confere a Lei e com a incompetência que lhe confere a impunidade da ignorância. Durante toda a década de 80 nossos cálculos mostram que o número de alunos novos na 1ª Série que as estatísticas do MEC divulgam é consistentemente 70% maior que as possibilidades “biológicas” que nossa fertilidade feminina permitiria suportar.

O erro se propaga nas últimas três décadas aos pesquisadores na área de Educação e produz resultados e políticas públicas que continuam a justificar a construção de novas escolas em detrimento da melhoria real da qualidade da escola elementar brasileira.

Se na década de 30, como mostrou Freitas, 65% de uma geração tinham acesso à escola, hoje, 95% de uma geração têm acesso à escola elementar. No entanto, apenas 40% irão, após mais de oito anos, em média, de repetências sucessivas e evasões conseqüentes, conseguir concluir o atual 1º Grau de 8 séries.

Foi só em 1975 que Ernesto Schiefelbein (Schiefelbein, 1975), pesquisador chileno, redescobre, independentemente, os problemas do Censo Escolar e publica na revista *Comparative Education Review* o artigo “Repeating: an Overlooked Problem in Latin American Education”, onde desenvolve um método análogo ao de Teixeira de Freitas para corrigir os erros metodológicos sistemáticos dos censos escolares com argumentos absolutamente análogos aos de Teixeira de Freitas.

Foi, no entanto, em 1983 que Cláudio de Moura Castro, então Secretário-Geral do Centro Nacional de Recursos Humanos – CNRH –, do IPLAN/IPEA, percebe que os dados sobre evasão e repetência divulgados pelo MEC são totalmente inconsistentes e solicita a um brilhante recém-doutorado pela Universidade de Stanford, Philip R. Fletcher, um estudo sobre o assunto. É aí que Fletcher redescobre na biblioteca de Stanford os trabalhos de Teixeira de Freitas e de Giorgio Mortara.

Percebe a inutilidade de tentar “corrigir” os dados do MEC e parte para um modelo inteiramente novo e original. Em 1982 o IBGE faz, na parte especial da PNAD, um estudo sobre a educação brasileira. Percebe Fletcher que as declarações dos chefes de domicílio

sobre a situação educacional dos seus habitantes eram uma fonte alternativa de dados para os censos escolares e divisa um método simples que permite, através destes dados, calcular as taxas de repetência e evasão escolar nas diversas séries do sistema formal de ensino (Fletcher, 1985). Este método, entre outras vantagens, permite de forma consistente estudar também as populações fora da escola e analisar os índices desagregados por diversas características sociais da população, o que nunca seria possível com os dados do Censo Escolar do MEC.

Como as PNADs, em seu questionário base de mão-de-obra, também registram os dados sobre a situação escolar da população, foi possível aplicar este novo modelo a todas as PNADs e Censos recentes do IBGE (Fletcher & Costa Ribeiro, 1987 e 1989).

Os resultados desta nova metodologia demonstram de forma impressionante as assertivas de Teixeira de Freitas e mais: desmontam as estatísticas divulgadas nos últimos 50 anos pelo MEC. Esta metodologia está presentemente sendo aprimorada com o auxílio de estatísticos, demógrafos e economistas no Laboratório Nacional de Computação Científica, órgão do CNPq, financiada, em parte, por um convênio com a Fundação Ford.

Só à guisa de ilustração, reproduzimos aqui uma tabela onde Freitas calcula as proporções de alunos novos e repetentes na matrícula da 1ª Série na década de 30 com os dados recentes da mesma proporção, calculada pelo método de Fletcher (PROFLUXO) para a década de 80.

TABELA 1
Percentagens de Alunos Novos e Repetentes da 1ª Série
na Década de 30

ANO	REPETENTES	NOVOS
1932	0,57	0,43
1933	0,60	0,40
1934	0,61	0,39
1935	0,59	0,41
1936	0,60	0,40
1937	0,58	0,42
1938	0,59	0,41
1939	0,60	0,40
1940	0,59	0,41
1941	0,58	0,42

TABELA 2
 Percentagens de Alunos Novos e Repetentes da 1ª Série
 na Década de 80

ANO	REPETENTES	NOVOS
1981	0,55	0,45
1982	0,52	0,47
1983	0,59	0,41
1984	0,58	0,42
1985	0,56	0,44
1986	0,57	0,44
1987	0,51	0,49
1988	0,50	0,50

A semelhança entre estes indicadores para a década de 30 e para a década de 80 mostra uma importante constatação: existem no sistema educacional brasileiro situações imutáveis que se configuram num traço cultural extremamente nocivo à universalização da educação elementar em nosso País. Existe há 50 anos, pelo menos, uma **pedagogia da repetência** (Costa Ribeiro, 1990), que impede o avanço das gerações através do sistema educacional. Este dado “novo” que nos é mostrado pelo modelo PROFLEXO e que já aparecia nas análises corretas de Freitas abre um novo leque de questionamentos sobre nosso sistema educacional que nunca foi realmente discutido pelos nossos educadores e muito menos pela sociedade brasileira.

Tivesse o MEC tido a competência de aprender o método de Teixeira de Freitas, e prosseguir naquela linha, é provável que a educação elementar brasileira tivesse seguido outras prioridades e não estaríamos hoje na situação de impotência diante dos desafios que a modernidade tecnológica e a internacionalização inevitável do capital estão indicando aos países pouco desenvolvidos. A vantagem que o Brasil teve até agora, de uma massa de operários não qualificados e mal remunerados e uma abundância de matérias-primas, se desvanece neste final de milênio. O que vai contar no futuro é a competência não só dos produtores de tecnologia mas, também, dos consumidores dessas tecnologias, isto é, o que vai contar é a educação competente de **toda** a população brasileira.

E como estamos longe disso!

Termino esta pequena introdução citando literalmente uma frase do trabalho de Teixeira de Freitas (Freitas, 1940) que, se era pertinente na década de 40, hoje é dramaticamente atual.

Eis como falaram os números. Talvez nunca antes tenha a Nação ouvido uma advertência tão grave. Esta “mensagem” é um clamor à nossa consciência, um apêlo ao nosso patriotismo, um grito de alerta ao nosso instinto de permanência, segurança e engrandecimento. E seu entono é lancinante. É de despertar os mortos – aqueles idos e lídimos heróis da epopéia bandeirante, que souberam fazer o Brasil ... Agora é tempo de agir. A palavra de ordem, esperamos-la dos nossos vanguardeiros – os educadores, os guardiães da integridade nacional e os “estatistas”. E não esqueçam estes últimos – que não estarão à altura da sua missão se não forem a um só tempo ESTATÍSTICOS e ESTADISTAS.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, A. P. de. *A Evasão escolar no ensino primário brasileiro*. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 2, nº5, p. 139–144, jan./mar. 1941.
- COSTA RIBEIRO, &. *A Pedagogia da repetência. Tecnologia educacional*. Rio de Janeiro, v. 19, nº 97, p. 13–20, nov./dez. 1990.
- FLETCHER, P. R. *A Mathematical model of school trajectory, repetition and performance of first level schooling in Brazil*. Brasília : CNRH / IPEA, 1985.
- . *A Repetência no ensino de 1º grau: um problema negligenciado da educação brasileira*. *Rev. bras. de adm. da educação [s.l.]* v. 3, nº 1, 1985.
- FLETCHER, P. R., COSTA RIBEIRO, &. *O Ensino de primeiro grau no Brasil hoje*. *Em aberto, [s.l.]* v. 6, nº 3, 1987.
- . *Modeling education system performance with demographic data, an introduction to the PROFLUXO model*. Paris:UNESCO, 1989 (mimeo.)
- FREITAS, M. A. Teixeira de. *Ainda a evasão escolar no ensino primário brasileiro*. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 7, p. 553–642, jul./set. 1941.

- FREITAS, M. A. Teixeira de. *Dispersão demográfica e escolaridade*. *RBE*, Rio de Janeiro, v.1, n^o 3, p. 497-527, jul./set. 1940.
- . *A Escolaridade média no ensino primário brasileiro*. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 8, n^o 30/31, p. 395-474, abr./set. 1947.
- . *A Evasão escolar no ensino primário brasileiro*. *RBE*, Rio de Janeiro, v.1, n^o 4, p. 697-722, out./dez. 1940.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *A Evasão escolar no ensino primário brasileiro*. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 2, n^o 7, p. 539-552, jul./set. 1941.
- SCHIEFELBEIN, E. *Repeating: an overlooked problem in Latin American education*. *Comparative education review*, v. 19, n^o 3, p. 468-487, 1975.